



29/04/2024

0075015175

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 484061

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 28/04/2024, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de. *****

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ: 61.198.164/0001-60, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

PEDIDO Nº:

0075015175





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
61.198.164/0001-60
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
09/02/1966

NOME EMPRESARIAL
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO
AV RIO BRANCO

NÚMERO
1489

COMPLEMENTO
RUA GUAIANASES, 1238

CEP
01.205-001

BAIRRO/DISTRITO
CAMPOS ELISEOS

MUNICÍPIO
SAO PAULO

UF
SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO
ARQ.EXP@PORTOSEGURO.COM.BR

TELEFONE
(11) 2393-6762

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 13/05/2024 às 14:44:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Janeiro de 2024

1. Data, hora e local: 02 de janeiro de 2024, às 09h, na sede social do Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco nº 1.489 e Rua Guaiunases nº 1.238, Campos Eliseos, São Paulo/SP. 2. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 3. Composição da Mesa: Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sra. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária.

representando por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de rotina realizados por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de representação em assembleias, comitês sociais, distritos e reuniões de sócios de sociedades e diretores; c) Atos de participação em assembleias, comitês sociais, distritos e reuniões de sócios de sociedades e diretores; d) Atos praticados perante quaisquer órgãos, entidades e pessoas físicas ou jurídicas, em nome da Companhia, quando não houver em nome da Companhia ou em nome de seus representantes ou de seus respectivos suplentes, atos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre Acionistas ou não residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. Parágrafo Único - O Conselho Consultivo se reunirá sempre que deliberar sobre os mesmos. O Conselho Consultivo perceberá a remuneração fixada no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, por ocasião da reunião pela Assembleia Geral, para cada período de 2 (dois) anos. Capítulo IV - Conselho Fiscal: Artigo 12 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros eleitos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre Acionistas ou não residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. Parágrafo Único - O Conselho Fiscal não se reunirá em caráter ordinário. Será instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, tendo prazo de validade de 01 (um) ano. Artigo 13 - Os Membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for estabelecida pela Assembleia Geral. Capítulo V - Comitê de Auditoria - Dos Órgãos de Administração: Artigo 14 - A Companhia se utiliza do Conselho de Administração, órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, Auditoria e Compliance. Artigo 15 - O Comitê de Auditoria independente, órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, Auditoria e Compliance. Artigo 16 - A Companhia se utiliza do Conselho de Administração, órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, Auditoria e Compliance. Artigo 17 - O Conselho de Administração, órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, Auditoria e Compliance.

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **José Rivaldo Leite da Silva**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024.

Desenvolvido by
São Paulo, 02 de janeiro de 2024.
Assinado por JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA (4473245807)
CPF: 0473245807
Diretoria de Administração - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - 15/27/2024
O Rivaldo Leite da Silva, Diretor Presidente da Companhia, eleito na Assembleia Geral Extraordinária para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.
CNPJ: 61.198.164/0001-60
NIRE: 35.3.0004108.9
ICP
CNPJ: 61.198.164/0001-60

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA

Diretor Presidente

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Paulo Sérgio Kakinoff**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária para ocupar o cargo de CEO – Seguros da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024.

Desiggned by
Paulo S. Kakinoff
Assinado por PAULO SÉRGIO KAKINOFF 13424511841
CPF: 18284511841
Diretoria de Assessoria 21102024 17:31:18 BBT
02 02/01/2024 02:23 Documento de Assessoria / Assessor do Brasil - SP
C. 00
Empresário AC. 02/01/2024 02:23
44C048920C408

PAULO SÉRGIO KAKINOFF

CEO - Seguros

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Luiz Augusto de Medeiros Arruda**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente – Comercial, Marketing, Clientes e Dados da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024.

Disciplined by
Luiz Augusto de Medeiros Arruda
Signed by LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA 2025147861
CPF: 3887617086
Signing Time: 22/01/2024 11:48:52 BRST
© ICP-Brasil, ICP-Seletores de Registro Federal do Brasil - ICP-SP
Número AC SERASA RFB v.6
CP-SP
E33C44970A3344D

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA

Diretor Vice-Presidente – Comercial, Marketing, Clientes e Dados

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

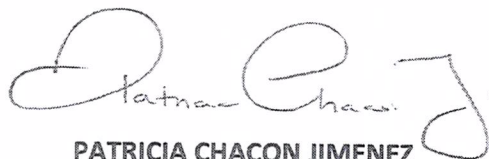
TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu a Sra. **Patricia Chacon Jimenez**, membro da Diretoria, eleita na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 05 de dezembro de 2023.



PATRICIA CHACON JIMENEZ

COO (Chief Operating Officer) – Seguros

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Domingos de Toledo Piza Falavina**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 08 de novembro de 2023.

DocuSigned by
Domingos de Toledo Piza Falavina
Assinado por: DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA 21417587857
CPF: 21417587857
Data/Hora da Assinatura: 04/12/2023 17:46:21 BRT
ICP
Brasil
A19A5F9CC5A14C98B15E93605D210166

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA

Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

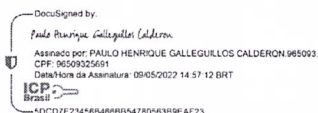
TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Paulo Henrique Galleguillos Calderon**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de abril de 2022.



PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON

Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às 11h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceram os senhores membros da Diretoria, eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade realizada nesta data, para formalização da investidura nos respectivos cargos, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declaram, para todos os fins e efeitos de direito, que não estão incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

Os administradores que firmam o presente termo de posse declaram que possuem domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, 01216-012, local este em que receberão todas as citações e intimações relativas aos atos de suas gestões, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 30 de março de 2022.

DocuSigned by:
Roberto de Souza Santos
Assinado por: ROBERTO DE SOUZA SANTOS 84128458791
CPF: 84128458791
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2022 11:02:38 BRT
ICP-Brasil
C8999072C4074253830D173F84C78E13

Roberto de Souza Santos
Diretor Presidente

DocuSigned by:
MARCELO BARROSO PIZANÇO
Assinado por: MARCELO BARROSO PIZANÇO 00488193796
CPF: 00488193796
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2022 08:56:15 BRT
ICP-Brasil
23339F8B2C4544CB75011F5E6E7F8490


Marcelo Barroso Picanço
CEO – Seguros

DocuSigned by:
Celso Damadi
Assinado por: CELSO DAMADI 07493531803
CPF: 07493531803
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 16:20:19 BRT
ICP-Brasil
F0727AE7F041728030908F678B8E5

Celso Damadi
Diretor Vice-Presidente – Financeiro,
Controladoria e Investimentos


DocuSigned by:
Lene Araujo de Lima
Assinado por: LENE ARAUJO DE LIMA 11845460880
CPF: 11845460880
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 09:58:03 BRT
ICP-Brasil
4179B2533074E80A5D8280426E1E0

Lene Araujo de Lima
Diretor Vice-Presidente – Corporativo e
Institucional

DocuSigned by:

 Assinado por: JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA:0473245807
 CPF: 04733245807
 Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 15:03:29 BRT
 ICP
 Brasil
 CBAFCFD519CA7117A0AE1ACDA710973C


José Rivaldo Leite da Silva

**Diretor Vice-Presidente – Comercial e
 Marketing**

DocuSigned by:

 Assinado por: MARCOS ROBERTO LOUCAO:85723991949
 CPF: 85723991949
 Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 11:44:16 BRT
 ICP
 Brasil
 173391688CB1448BAFAF83986600382D

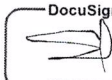
Marcos Roberto Loução

**Diretor Vice-Presidente – Negócios
 Financeiros e Serviços**

DocuSigned by:

 Assinado por: JAIME SOARES BATISTA:18248548986
 CPF: 18248548986
 Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 09:54:44 BRT
 ICP
 Brasil
 265983001A34400BA928FC04911E8993


Jaime Soares Batista

Diretor de Produto – Automóvel

DocuSigned by:

 06FCF966868C4DB...

Sami Foguel

Diretor Vice-Presidente

DocuSigned by:

 Signed By: LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA:26655470564
 CPF: 26655470564
 Signing Time: 28/04/2022 18:20:25 BRT
 ICP
 Brasil
 02C0BFB862034D489D06805188EB2898

Luiz Augusto de Medeiros Arruda


Diretor de Marketing

DocuSigned by:

 Assinado por: FABIO OHARA MORITA:12688032842
 CPF: 12688032842
 Data/Hora da Assinatura: 27/04/2022 19:11:32 BRT
 ICP
 Brasil
 4ED8FF8AE8543D89F0EA818BF20E76F

Fabio Ohara Morita

Diretor Técnico

DocuSigned by:

 Signed By: EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL:06687213630
 CPF: 06687213630
 Signing Time: 28/04/2022 16:42:31 BRT
 ICP
 Brasil
 BE64F8EE5CCA418296CF8971F22A7085

Eva Vazquez Montenegro Miguel


Diretora de Produção

DocuSigned by:

 Signed By: RAFAEL VENEZIANI KOZMA:20047691816
 CPF: 20047691816
 Signing Time: 27/04/2022 08:07:13 BRT
 ICP
 Brasil
 E8D87DA0FFEA4D539FF819A37DAF1358


Rafael Veneziani Kozma

Diretor de Controladoria

DocuSigned by:

 Assinado por: LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARAES:87465787734
 CPF: 87465787734
 Data/Hora da Assinatura: 26/04/2022 11:36:09 BRT
 ICP
 Brasil
 AD04F8424F8548E5A895581483058BA5

Luiz Felipe Milagres Guimarães

Diretor de Atendimento

DocuSigned by:

 Assinado por: LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA:80161464088
 CPF: 80161464088
 Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 14:23:09 BRT
 ICP
 Brasil
 07C086CDD4D4C489FC3843C26F4973

Luiz Vicente Guaranha Lapenta


Diretor de Precificação

DocuSigned by:

 Signed By: MARCOS ROGERIO SIRELLI:24918161804
 CPF: 24918161804
 Signing Time: 28/04/2022 17:23:18 BRT
 ICP
 Brasil
 0440E98286D1409CA56092FC2C37C8F

Marcos Rogério Sirelli

Diretor de Tecnologia da Informação

DocuSigned by:

 Signed By: MARCELO SEBASTIAO DA SILVA:11288157805
 CPF: 11288157805
 Signing Time: 27/04/2022 10:51:55 BRT
 ICP
 Brasil
 B0EF1E8E400145AB883A7FB498888A7

Marcelo Sebastião da Silva


Diretor de Serviços

DocuSigned by:

 Assinado por: ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMOES:17432088876
 CPF: 17432088876
 Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 08:22:51 BRT
 ICP
 Brasil
 B31F8AE8A824C928F2CD8650351EB14

Adriana Pereira Carvalho Simões

Diretora Jurídica e Riscos

DocuSigned by:

 Signed By: JARBAS DE MEDEIROS BACIANO:24678471871
 CPF: 24678471871
 Signing Time: 28/04/2022 10:11:59 BRT
 ICP
 Brasil
 87ABF610249E40029313AF36D1C62103

Jarbas de Medeiros Baciano

Diretor de Produto – Ramos Elementares

DocuSigned by:
Carolina Helena Zwarg
 Signed By: CAROLINA HELENA ZWARG 29213553877
 CPF: 29213553877
 Signing Time: 26/04/2022 13:43:30 BRT
 ICP
 Brasil
 FE4A3807B50B48C89AABF8DBFF5724CB

Carolina Helena Zwarg

Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

DocuSigned by:
Carlos Eduardo Naegeli Gondim
 Assinado por: CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM 05285494729
 CPF: 05285494729
 Data/Hora de Assinatura: 26/04/2022 23:07:09 BRT
 ICP
 Brasil
 75AD29505468485AB46C11CD85B39A03

Carlos Eduardo Naegeli Gondim

Diretor de Produto – Seguros de Pessoas

DocuSigned by:
Izak Benaderet
 Signed By: IZAK RAFAEL BENADERET 12833939809
 CPF: 12833939809
 Signing Time: 29/04/2022 16:02:59 BRT
 ICP
 Brasil
 83BC38E3394640A442CB3A363FE192C8

Izak Rafael Benaderet

Diretor

DocuSigned by:
Nelson Santos Aguiar
 Signed By: NELSON SANTOS AGUIAR 21804859800
 CPF: 21804859800
 Signing Time: 29/04/2022 18:09:14 BRT
 ICP
 Brasil
 832296DD19C4D76BDD7793F5EF42F34

Nelson Santos Aguiar

Diretor

DocuSigned by:
Tiago Violin
 Signed By: TIAGO VIOLIN 28341652897
 CPF: 28341652897
 Signing Time: 26/04/2022 11:43:29 BRT
 ICP
 Brasil
 83CAB8DCFD047A7A8209AB2BCCE2488

Tiago Violin

Diretor

DocuSigned by:
Marcelo Zorzo
 Signed By: MARCELO ZORZO 41239164068
 CPF: 41239164068
 Signing Time: 27/04/2022 19:08:39 BRT
 ICP
 Brasil
 8801F3F2EFC04D74A771921FD32C2DC9

Marcelo Zorzo

Diretor



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 61198164

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

Inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a) constam os seguintes débitos tributários:

Relativos a: Taxa Judiciária
Origem: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CNPJ: 61.198.164/0001-60 IE:
Situação: Inscrito
CDA
1.386.497.677

Relativos a: IPVA
Origem: SECRETARIA DA FAZENDA
CNPJ: 61.198.164/0001-60 IE:
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA

1.046.425.343,1.046.425.365,1.046.425.376,1.046.425.387,1.046.425.398,1.046.425.432,1.046.425.443,1.046.425.498,1.046.425.510,1.046.425.521,1.046.425.532,1.046.425.543,1.046.425.598,1.046.425.810,1.046.425.821,1.046.425.832,1.046.425.843,1.046.425.854,1.046.425.865,1.046.425.876,1.046.425.887,1.046.427.608,1.046.427.620,1.046.834.052,1.056.095.414,1.066.893.642,1.066.893.731,1.066.896.883,1.066.896.950,1.066.897.127,1.066.897.193,1.066.897.493,1.066.932.396,1.066.932.519,1.066.932.641,1.066.932.685,1.066.932.730,1.066.932.908,1.066.932.941,1.066.932.952,1.066.932.963,1.066.933.007,1.066.933.230,1.066.933.351,1.066.933.362,1.066.933.451,1.066.933.618,1.066.933.630,1.066.933.784,1.066.934.028,1.066.934.039,1.066.934.250,1.066.934.383,1.066.934.428,1.066.934.450,1.066.934.617,1.066.934.661,1.066.934.672,1.066.934.717,1.066.934.772,1.072.115.400,1.072.115.433,1.072.115.455,1.072.115.588,1.072.115.600,1.072.115.644,1.072.115.700,1.072.115.711,1.072.115.733,1.072.115.800,1.072.115.944,1.072.115.977,1.072.115.988,1.072.116.043,1.072.116.165,1.072.116.210,1.072.116.454,1.072.116.465,1.072.116.600,1.072.116.665,1.072.116.676,1.072.116.721,1.072.116.798,1.072.116.821,1.072.116.832,1.072.116.921,1.072.116.954,1.072.116.976,1.072.117.031,1.072.117.064,1.072.117.086,1.072.117.153,1.072.117.397,1.072.117.609,1.072.117.820,1.072.117.953,1.072.118.285,1.072.118.296,1.072.118.320,1.072.118.341,1.072.118.352,1.072.118.374,1.072.118.563,1.072.118.630,1.072.118.708,1.072.118.730,1.072.118.741,1.072.118.896,1.072.118.985,1.072.118.996,1.072.119.030,1.072.119.195,1.072.119.229,1.072.119.295,1.072.119.307,1.072.119.407,1.072.119.440,1.072.119.473,1.072.119.562,1.072.119.640,1.072.119.718,1.072.119.751,1.072.119.818,1.072.120.036,1.072.120.280,1.072.120.591,1.072.120.769,1.072.120.814,1.072.120.858,1.072.120.869,1.072.121.124,1.072.121.313,1.072.134.496,1.072.134.796,1.072.134.830,1.072.134.896,1.072.134.919,1.072.135.151,1.072.135.162,1.072.135.195,1.072.135.251,1.072.135.473,1.072.135.618,1.072.135.730,1.072.135.762,1.072.136.040,1.072.136.161,1.080.865.760,1.080.866.081,1.080.866.104,1.080.867.858,1.080.867.869,1.080.867.870,1.080.868.246,1.083.718.547,1.091.673.568,1.091.673.579,1.091.673.590,1.128.134.703,1.128.134.714,1.128.681.258,1.128.681.269,1.128.681.270,1.129.415.015,1.129.415.059,1.130.614.141,1.130.616.561,1.132.229.171,1.132.229.182,1.132.229.205,1.132.229.216,1.132.229.238,1.132.229.250,1.133.495.451,1.133.495.462,1.133.495.473,1.136.598.444,1.136.598.544,1.136.598.555,1.136.598.588,1.138.881.170,1.156.047.071,1.157.283.624

Relativos a: IPVA
Origem: SECRETARIA DA FAZENDA
CNPJ: 61.198.164/0155-15 IE:
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA
1.056.096.668,1.063.678.081

| | |
|---------------------------|---------------|
| Local de emissão : PGE | Responsável : |
|---------------------------|---------------|

| | |
|--|--------------|
| CRDA nº 54869575 | Folha 1 de 2 |
| Data e hora da emissão 13/03/2024 10:42:25 (horário de Brasília) | |
| Prazo de validade da certidão: 180 (CENTO E OITENTA) dia(s) conforme portaria SubG CTF 20/2021 | |



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 61198164

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 61.198.164/0001-60 IE: 108377122112
Situação: Inscrito / Suspense
CDA
1.265.649.133

Anotação PGE:

023.00007995/2024-66

A certidão positiva tem efeito de negativa para o(s) débito(s) acima arrolado(s), nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional, conforme manifestação exarada pela Procuradoria do Estado no expediente acima indicado. Para elaboração da certidão foram pesquisados todos os débitos inscritos em dívida ativa até a presente data.

Final da Certidão

| | |
|---------------------------|---------------|
| Local de emissão : PGE | Responsável : |
|---------------------------|---------------|

| | |
|--|--------------|
| CRDA nº 54869575 | Folha 2 de 2 |
| Data e hora da emissão 13/03/2024 10:42:25 (horário de Brasília) | |
| Prazo de validade da certidão: 180 (CENTO E OITENTA) dia(s) conforme portaria SubG CTF 20/2021 | |



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
DRTC II-PFC - Posto Fiscal da Capital Lapa

CERTIDÃO DE DÉBITOS NÃO INSCRITOS

Nº 0019926216

CERTIDÃO NEGATIVA

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Inscrição Estadual: 108.377.122.112

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Situação Cadastral: ativo

Processo SEI vinculado: 017.00035454/2024-52

Não constam débitos fiscais não inscritos em dívida ativa relativos a **ICMS e ITCMD** até a presente data.

Finalidade: LICITAÇÃO

Avisos:

1 - Esta certidão NÃO versa sobre: (a) Eventuais débitos fiscais de outros estabelecimentos do interessado; (b) Todos os tributos estaduais -- ICMS, IPVA e ITCMD -- caso algum não seja mencionado acima.

2 - Esta certidão só se aplica ao estabelecimento (matriz ou filial) acima indicado, não incluindo outros estabelecimentos da mesma empresa, ficando ressalvado o direito da Fazenda do Estado de exigir, a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados. Tratando-se de certidão emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados a existência de débito para pessoa jurídica da qual o interessado possa ser sócio.

3 - A taxa de fiscalização e serviços diversos foi devidamente recolhida nos termos da legislação vigente.

4 - Prazo de validade da certidão: 06 (seis) meses conforme Portaria CAT nº 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98).

Local: SFP-31288 - DRTC II-PFC - POSTO FISCAL DA CAPITAL LAPA

Data: 19/02/2024

Responsável pela emissão: Celso Espindola Pinheiro

Certidão emitida nos termos das Portarias CAT 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98) e CAT 135 de 18/12/2014 (DOE de 19/12/2014).



Documento assinado eletronicamente por **Celso Espindola Pinheiro, Agente Fiscal De Rend**⁰⁰⁴, em 19/02/2024, às 20:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Tomas Bolognani Martins, Chefe**, em 20/02/2024, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0019926216** e o código CRC **FA57024B**.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0069632 - 2024

CPF/CNPJ Raiz: 61.198.164/

Contribuinte: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Liberação: 18/01/2024

Validade: 16/07/2024

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 3.992.228-6- Início atv :21/10/2009 (AV INDIANOPOLIS, 01307 - CEP: 04063-002 - Cancelado em: 29/08/2023)
CCM 3.992.225-1- Início atv :21/10/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00777 - CEP: 01217-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 3.992.218-9- Início atv :21/10/2009 (R DAS CAMELIAS, 00644 - CEP: 04048-061 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 3.992.220-0- Início atv :21/10/2009 (R BANDIM, 00031 - CEP: 05470-040 - Cancelado em: 03/07/2013)
CCM 3.992.223-5- Início atv :21/10/2009 (AV ENGENHEIRO CAETANO ALVARES, 05411 - CEP: 02413-100 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 3.992.219-7- Início atv :21/10/2009 (R CONDE DE PORTO ALEGRE, 01884 - CEP: 04608-003 - Cancelado em: 25/08/2023)
CCM 1.204.467-9- Início atv :21/12/1945 (AV RIO BRANCO, 1489 - CEP: 01205-001)
CCM 8.258.319-6- Início atv :14/03/1974 (R PIRACUNUNGA, 01024 - CEP: 03187-010 - Cancelado em: 27/04/1994)
CCM 4.464.247-4- Início atv :18/01/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060)
CCM 5.610.121-0- Início atv :02/01/2017 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00653 - CEP: 01216-012)
CCM 6.951.415-1- Início atv :25/05/2021 (AL NOTHMANN, 316 - CEP: 01216-000)
CCM 2.006.668-6- Início atv :15/10/1991 (R ANTONIO GIL, 00050 - CEP: 04655-000 - Cancelado em: 15/05/2018)
CCM 2.426.705-8- Início atv :02/10/1995 (AV IBIRAPUERA, 00730 - CEP: 04028-000 - Cancelado em: 31/10/2001)
CCM 9.660.535-9- Início atv :16/08/1989 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00500 - CEP: 05106-010 - Cancelado em: 24/03/1994)
CCM 3.414.141-3- Início atv :27/04/2005 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 2.240.455-4- Início atv :29/04/1993 (R EMILIA MARENGO, 451 - CEP: 03336-000)
CCM 9.713.239-0- Início atv :31/01/1990 (R EMILIA MARENGO, 451 - CEP: 03336-000)
CCM 9.566.847-0- Início atv :11/10/1988 (R ESTADO DE ISRAEL, 00289 - CEP: 04022-001 - Cancelado em: 31/10/2001)
CCM 9.566.850-0- Início atv :18/07/1988 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001 - Cancelado em: 02/12/1992)
CCM 2.103.343-9- Início atv :10/09/1992 (AL GABRIEL M.DA SILVA, 00075 - CEP: 01441-000 - Cancelado em: 01/06/2010)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:49:57 horas do dia 18/01/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: E9D595E4

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 9.713.176-8- Início atv :31/01/1990 (AV REBOUCAS, 01669 - CEP: 05401-250 - Cancelado em: 12/06/2015)
CCM 9.713.175-0- Início atv :31/01/1990 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 3.722.285-6- Início atv :16/01/2008 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)
CCM 9.772.192-1- Início atv :11/07/1990 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)
CCM 9.796.356-9- Início atv :17/09/1990 (R GAVEA, 00616 - CEP: 02121-020 - Cancelado em: 11/05/2021)
CCM 2.424.702-2- Início atv :22/12/1995 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010)
CCM 9.412.797-2- Início atv :16/02/1987 (R GUAIANASES, 01446 - CEP: 01204-001)
CCM 2.196.364-9- Início atv :27/08/1993 (R VIEIRA DE MORAIS, 00410 - CEP: 04617-000 - Cancelado em: 10/07/2001)
CCM 2.196.358-4- Início atv :02/09/1993 (R CARLOS STEINEN, 00059 - CEP: 04004-010 - Cancelado em: 24/09/1999)
CCM 9.403.257-2- Início atv :16/02/1987 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01264 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)
CCM 9.507.503-8- Início atv :14/04/1988 (R DA MOOCA, 01291 - CEP: 03103-001)
CCM 9.511.680-0- Início atv :11/04/1988 (AV NOVE DE JULHO, 04443 - CEP: 01407-100)
CCM 2.024.555-6- Início atv :21/11/1991 (AV SAO MIGUEL, 06259 - CEP: 08070-002 - Cancelado em: 03/11/2015)
CCM 2.031.982-7- Início atv :22/01/1992 (LG DA MISERICORDIA, 00024 - CEP: 01012-020 - Cancelado em: 11/05/2021)
CCM 2.420.487-0- Início atv :22/11/1995 (AV NOVA CANTAREIRA, 00746 - CEP: 02330-001)
CCM 9.545.153-6- Início atv :08/08/1988 (R IBITINGA, 00549 - CEP: 03186-020 - Cancelado em: 27/04/1994)
CCM 9.550.197-5- Início atv :18/08/1988 (R GUAIANASES, 01041 - CEP: 01204-001 - Cancelado em: 19/09/2002)
CCM 9.550.192-4- Início atv :18/08/1988 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01144 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)
CCM 2.243.010-5- Início atv :30/03/1994 (R DO BOSQUE, 00964 - CEP: 01136-000 - Cancelado em: 21/11/1997)
CCM 2.437.324-9- Início atv :02/10/1995 (AV DOS BANDEIRANTES, 01851 - CEP: 04553-011 - Cancelado em: 31/01/2017)
CCM 2.499.542-8- Início atv :01/07/1996 (R BARAO DE ITAPETININGA, 00215 - CEP: 01042-001 - Cancelado em: 13/05/1998)
CCM 2.532.515-9- Início atv :15/11/1996 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00383 - CEP: 05078-000)
CCM 2.531.864-0- Início atv :15/11/1996 (AL NOTHMANN, 00563 - CEP: 01216-000)
CCM 2.531.867-5- Início atv :15/11/1996 (R GUAIANASES, 01087 - CEP: 01204-001 - Cancelado em: 17/08/2023)
CCM 2.531.869-1- Início atv :15/11/1996 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-011)
CCM 2.597.485-8- Início atv :30/04/1997 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 2.681.522-2- Início atv :05/03/1998 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00164 - CEP: 05106-010)
CCM 2.705.146-3- Início atv :16/04/1998 (VIA RAPOSO TAVARES, 99999 - CEP: 05576-000 - Cancelado em: 30/12/1998)
CCM 2.692.501-0- Início atv :16/04/1998 (AV DAS NACOES UNIDAS, 04406 - CEP: 05477-000 - Cancelado em: 30/12/1998)
CCM 2.711.762-6- Início atv :25/06/1998 (R CONSELHEIRO CRISPINIANO, 00105 - CEP: 01037-001)
CCM 2.850.825-4- Início atv :09/09/1999 (AV PROF LUIZ IGNACIO ANHAIA MELLO, 02655 - CEP: 03155-100 - Cancelado em: 22/10/2015)
CCM 2.851.979-5- Início atv :29/09/1999 (AV GIOVANNI GRONCHI, 05420 - CEP: 05724-002)
CCM 2.878.007-8- Início atv :29/11/1999 (AV RIO DAS PEDRAS, 03597 - CEP: 03930-310)
CCM 2.911.318-0- Início atv :09/05/2000 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-012)
CCM 2.924.848-5- Início atv :09/05/2000 (R TIBURCIO DE SOUSA, 01407 - CEP: 08140-000 - Cancelado em: 10/07/2001)
CCM 2.942.029-6- Início atv :21/07/2000 (AV RIO BRANCO, 01489 - CEP: 01205-001)
CCM 2.942.053-9- Início atv :21/07/2000 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-010)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:49:57 horas do dia 18/01/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: E9D595E4

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 3.005.872-4- Início atv :28/03/2001 (AV INDIANOPOLIS, 01267 - CEP: 04063-002 - Cancelado em: 02/08/2019)
CCM 3.057.201-0- Início atv :06/08/2001 (AV ATLANTICA, 00646 - CEP: 04768-000 - Cancelado em: 23/08/2019)
CCM 3.065.489-0- Início atv :01/10/2001 (AV GENERAL EDGAR FACO, 00777 - CEP: 02924-000 - Cancelado em: 22/07/2015)
CCM 3.097.288-4- Início atv :15/01/2002 (AV LIDER, 03263 - CEP: 08285-000)
CCM 3.140.905-9- Início atv :04/06/2002 (AV SAPOPEMBA, 21743 - CEP: 03989-010 - Cancelado em: 13/11/2003)
CCM 3.149.170-7- Início atv :21/06/2002 (AV RIO BRANCO, 01448 - CEP: 01206-001)
CCM 3.466.062-3- Início atv :25/08/2005 (R CARLOS SAMPAIO, 00053 - CEP: 01333-021)
CCM 3.671.260-4- Início atv :03/07/2007 (AV JABAQUARA, 00798 - CEP: 04046-100)
CCM 3.737.075-8- Início atv :08/02/2008 (AL DINO BUENO, 00266 - CEP: 01217-000)
CCM 3.782.376-0- Início atv :12/06/2008 (R GUAIANASES, 01239 - CEP: 01204-001)
CCM 3.793.695-6- Início atv :27/06/2008 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 00493 - CEP: 05426-100 - Cancelado em: 26/09/2013)
CCM 3.798.860-3- Início atv :05/08/2008 (AV NORDESTINA, 00910 - CEP: 08021-000 - Cancelado em: 24/09/2012)
CCM 3.846.507-8- Início atv :10/11/2008 (R GAL NESTOR PASSOS, 00226 - CEP: 02417-140)
CCM 3.856.884-5- Início atv :06/01/2009 (R BARRA FUNDA, 00301 - CEP: 01152-000 - Cancelado em: 21/08/2023)
CCM 3.886.857-1- Início atv :12/02/2009 (R ESTADOS UNIDOS, 00367 - CEP: 05212-060 - Cancelado em: 04/07/2012)
CCM 3.910.998-4- Início atv :04/03/2009 (AL BARAO DE LIMEIRA, 01175 - CEP: 01202-003)
CCM 3.967.729-0- Início atv :11/05/2009 (AV IPIRANGA, 00324 - CEP: 01046-010 - Cancelado em: 22/10/2021)
CCM 3.970.662-1- Início atv :16/09/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00717 - CEP: 01217-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 3.994.203-1- Início atv :21/10/2009 (AV DOUTOR CAMPOS MOURA, 00290 - CEP: 03568-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.043.008-1- Início atv :16/03/2010 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00874 - CEP: 01216-012)
CCM 4.043.011-1- Início atv :16/03/2010 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 4.101.634-3- Início atv :01/06/2010 (R TURIASSU, 00770 - CEP: 05005-000)
CCM 4.101.631-9- Início atv :01/06/2010 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003 - Cancelado em: 12/12/2012)
CCM 4.105.384-2- Início atv :01/06/2010 (AV REPUBLICA DO LIBANO, 02200 - CEP: 04502-200)
CCM 4.237.676-9- Início atv :21/01/2011 (R ALFREDO PUJOL, 00369 - CEP: 02017-010 - Cancelado em: 15/05/2018)
CCM 4.237.670-0- Início atv :21/01/2011 (R TIJUCO PRETO, 01248 - CEP: 03316-000 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.294.695-6- Início atv :19/05/2011 (AL BR DE LIMEIRA, 00621 - CEP: 01202-001)
CCM 4.332.047-3- Início atv :08/07/2011 (R TAGIPURU, 00906 - CEP: 01156-000 - Cancelado em: 01/08/2018)
CCM 4.577.624-5- Início atv :04/07/2012 (AL NOTHMANN, 00380 - CEP: 01216-000 - Cancelado em: 28/08/2018)
CCM 4.577.625-3- Início atv :04/07/2012 (AV S JOAO, 00313 - CEP: 01035-000 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.578.935-5- Início atv :13/07/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.599.172-3- Início atv :06/08/2012 (R BOM PASTOR, 01029 - CEP: 04203-051 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.599.169-3- Início atv :06/08/2012 (R GUAIANASES, 01227 - CEP: 01204-001)
CCM 4.660.688-2- Início atv :03/12/2012 (R SANTANA DO PARAISO, 00062 - CEP: 01504-030 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.685.191-7- Início atv :16/01/2013 (R GUAIANASES, 01446 - CEP: 01204-002)
CCM 4.719.551-7- Início atv :08/03/2013 (R ALVARES PENTEADO, 00231 - CEP: 01012-001)
CCM 6.443.965-8- Início atv :17/10/2014 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:49:57 horas do dia 18/01/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: E9D595E4

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 5.686.992-4- Início atv :22/12/2014 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003)
CCM 5.686.986-0- Início atv :22/01/2016 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 5.252.452-3- Início atv :08/05/2015 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 5.774.569-2- Início atv :14/12/2015 (PC RAMOS DE AZEVEDO, 00206 - CEP: 01037-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 5.483.272-1- Início atv :09/03/2016 (R GUAIANASES, 1238 - CEP: 01204-001)
CCM 6.437.282-0- Início atv :07/02/2019 (AL BR DE PIRACICABA, 00740 - CEP: 01216-012)
CCM 6.530.316-4- Início atv :20/08/2019 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00115 - CEP: 01217-011)
CCM 6.438.562-0- Início atv :05/09/2019 (AV BRASIL, 1640 - CEP: 01430-001)
CCM 6.438.561-2- Início atv :05/09/2019 (AV IBIRAPUERA 2033, 2033 - CEP: 04029-901)
CCM 6.573.036-4- Início atv :02/10/2019 (AV SAO MIGUEL, 6257 - CEP: 08070-002 - Cancelado em: 21/08/2023)
CCM 9.324.577-7- Início atv :14/07/1986 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 9.324.581-5- Início atv :14/07/1986 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00387 - CEP: 05078-000 - Cancelado em: 27/07/2018)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR. Certifico mais que constam débitos, com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:49:57 horas do dia 18/01/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: E9D595E4

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0001190576-2023
Número do Contribuinte: 008.016.0054-5
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: AV RIO BRANCO, 1475, CAMPOS ELISIOS - CEP:
01205-001
Cep: 01205-001
Liberação: 17/11/2023
Validade: 15/05/2024

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR**.
Certificamos que constam débitos de IPTU referentes aos Exercícios de 2.014 a 2.019 (NLs 1), conforme o Sistema da Dívida Ativa, as quais não constituem óbice à expedição de Certidão de regularidade fiscal, de acordo com manifestação do Departamento Fiscal, da Procuradoria Geral do Município.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 09:08:04 horas do dia 21/11/2023 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: 45E8CD2C

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 61.198.164/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:30:13 do dia 17/01/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/07/2024.

Código de controle da certidão: **3516.8467.0185.B992**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01.198.164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Eliseos – CEP: 01205-0001 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Segundo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a realidade do mercado de trabalho nos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversos "commodities", sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem elevar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Agradecemos também a todos os parceiros e fornecedores que nos auxiliaram em nossos objetivos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

| Ativo | Nota explicativa | | Passivo e patrimônio líquido | |
|---|-------------------|-------------------|------------------------------|-------------------|
| | de 2022 | de 2021 | de 2022 | de 2021 |
| Circulante | 9.480.259 | 8.865.452 | 10.176.401 | 8.060.215 |
| Disponível | 81.343 | 77.441 | 833.321 | 831.952 |
| Caixa e bancos | 81.343 | 77.441 | 18.1 | 184.671 |
| Equivalentes de caixa | 7.616.062 | 110.105 | 18.2 | 360.225 |
| Aplicações de curto prazo | 1.349.027 | 922.474 | 19 | 100.756 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 5.214.313 | 3.805.142 | 19 | 119.365 |
| Prêmios a receber | 5.039.456 | 3.732.906 | 19 | 65.910 |
| Operações com seguradoras | 128.453 | 4.855 | 20 | 2.394 |
| Operações com resseguradoras | 46.404 | 67.381 | 20 | 597.780 |
| Outros créditos operacionais | 167.450 | 158.355 | 20 | 15.670 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | 156.157 | 153.474 | 20 | 5.030 |
| Títulos e créditos a receber | 233.978 | 216.812 | 20 | 72.027 |
| Títulos e créditos a receber | 10 | 60.871 | 20 | 84.987 |
| Créditos tributários e previdenciários | 11 | 83.268 | 20 | 455.896 |
| Outros créditos | 11 | 83.268 | 20 | 48.311 |
| Outros valores e bens | 13 | 99.739 | 20 | 41.192 |
| Bens a venda | 13 | 31.171 | 20 | 9.183 |
| Outros valores | 13 | 127.572 | 20 | 32.376 |
| Despesas antecipadas | 14 | 67.185 | 20 | 6.639.253 |
| Custos de aquisição diferidos | 14 | 1.437.183 | 20 | 8.005.598 |
| Seguros | 14 | 1.437.183 | 20 | 6.033.876 |
| Não circulante | 8.439.846 | 7.982.759 | 23.2 | 32.888 |
| Realizável a longo prazo | 8 | 4.692.820 | 23.2 | 20.081 |
| Aplicações | 8 | 2.312.397 | 23.2 | 2.129.937 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 8 | 405.924 | 23.2 | 1.983.924 |
| Prêmios a receber | 8 | 405.924 | 23.2 | 187.895 |
| Operações com seguradoras | 8 | 498 | 23.2 | 71.178 |
| Operações com resseguradoras | 8 | 14.032 | 23.2 | 74.735 |
| Títulos e créditos a receber | 8 | 1.692.553 | 23.2 | 921.504 |
| Títulos e créditos a receber | 8 | 1.692.553 | 23.2 | 21.296 |
| Créditos tributários e previdenciários | 8 | 6.422 | 23.2 | 965.608 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 8 | 6.422 | 23.2 | 844.378 |
| Outros créditos | 8 | 667.640 | 23.2 | 86.492 |
| Despesas antecipadas | 8 | 3.618 | 23.2 | 66.274 |
| Outros valores e bens | 8 | 187.412 | 23.2 | 86.492 |
| Custos de aquisição diferidos | 8 | 80.014 | 23.2 | 53.307 |
| Seguros | 8 | 80.014 | 23.2 | 34.738 |
| Investimentos | 8 | 2.031.552 | 23.2 | 31.418 |
| Participações societárias | 8 | 1.435.618 | 23.2 | 971.504 |
| Imobilizado | 8 | 43.584 | 23.2 | 866.220 |
| Imovels de uso próprio | 8 | 110.444 | 23.2 | 866.220 |
| Bens móveis | 8 | 125.828 | 23.2 | 104.765 |
| Outras imobilizações | 8 | 1.435.618 | 23.2 | 5.888.607 |
| Intangíveis | 8 | 1.435.618 | 23.2 | 2.914.266 |
| Outros intangíveis | 8 | 1.435.618 | 23.2 | 391.579 |
| Total do ativo | 17.920.105 | 16.848.211 | 17.920.105 | 16.848.211 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

| | Nota explicativa | de 2022 | de 2021 |
|---|------------------|-----------------|--------------------|
| Prêmios emitidos | | 25 | 13.783.920 |
| Variáveis das provisões técnicas de prêmios | | 25 | (1.995.506) |
| Prêmios ganhos | | 25 | 11.788.420 |
| Sinistros ocorridos | | 27 | (6.504.260) |
| Custos de aquisição | | 28 | (2.776.841) |
| Outras receitas e despesas operacionais | | 29 | (195.478) |
| Resultado com resseguro | | (33.307) | (16.806) |
| Despesas com resseguro | | 30 | 81.492 |
| Despesas administrativas | | 30 | (1.670.275) |
| Despesas com tributos | | 31 | (267.659) |
| Resultado operacional | | 32 | 346.427 |
| Resultado financeiro | | 33 | 93.108 |
| Resultado patrimonial | | 33 | 786.136 |
| Ganhos ou perdas com ativos não correntes | | 33 | 27.437 |
| Resultado antes dos impostos e participações | | 11.3 | 813.573 |
| Imposto de renda | | 11.3 | (30.926) |
| Contribuição social | | 11.3 | 97.894 |
| Participações sobre o lucro | | 30 | (1.620.275) |
| Lucro líquido do exercício | | 31 | (267.659) |
| Quantidade de ações (mil) | | 32 | 346.427 |
| Lucro líquido por ação - R\$ | | 32 | 93.108 |
| As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras | | 33 | 786.136 |

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

| | Nota explicativa | de 2022 | de 2021 |
|--|------------------|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | | 674.800 | 922.246 |
| Outros resultados abrangentes | | (35.425) | (242.450) |
| Resultado líquido do exercício | | 639.375 | 679.796 |
| Reserva de avaliação de ativos | | (62.922) | (91.023) |
| Efeitos tributários | | 25.169 | 116.433 |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | | 1.700 | (131.205) |
| Efeitos tributários - controladas | | (680) | 52.482 |
| Ajustes sobre conversão de moedas | | 1.308 | 10.922 |
| Total dos resultados abrangentes | | 539.375 | 679.796 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

| | Nota explicativa | de 2022 | de 2021 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| Atividades operacionais | | 674.800 | 922.246 |
| Lucro líquido do exercício | | 674.800 | 922.246 |
| Ajustes para: | | 176.030 | 175.687 |
| Depreciações e amortizações | | (4.513) | 17.495 |
| Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável | | (27.437) | 2.796 |
| Perda/(ganho) na alienação de imobilizado | | 2.114.539 | 825.967 |
| e intangível | | (93.108) | (135.160) |
| Provisões de seguros e resseguros | | (372.745) | 63.804 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | (1.516.427) | (881.096) |
| Variáveis nas contas patrimoniais: | | 22.912 | (4.997) |
| Ativos financeiros - aplicações | | 30.349 | — |
| Ativos de resseguro | | (320.343) | (153.313) |
| Ativos de resseguro | | (376.778) | (343.373) |
| Ativos de resseguro | | 123.836 | 203.926 |
| Ativos de resseguro | | (60.039) | 109.923 |
| Depósitos judiciais e fiscais | | 22.912 | (4.997) |
| Custos de aquisição diferidos | | (320.343) | (153.313) |
| Outros ativos | | (376.778) | (343.373) |
| Outros ativos | | 123.836 | 203.926 |
| Outras contas a pagar | | (60.039) | 109.923 |
| Depósitos de operações com seguros e resseguros | | 91.227 | 156.638 |
| Depósitos de terceiros | | (23.103) | 29.697 |
| Pagamentos provisões técnicas - seguros e resseguros | | 137.576 | 270.170 |
| Provisões judiciais | | (45.901) | 34.058 |
| Passivos de arrendamento | | 13.416 | 124.846 |
| Caixa líquido consumido/gerado pelas operações | | 412.992 | 95.319 |
| Recebimento de dividendos e JCP | | 213.516 | 81.251 |
| Impostos sobre o lucro pagos | | (76.620) | (211.419) |
| Impostos sobre o lucro pagos | | (19.140) | (19.140) |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | | 951.533 | 1.076.710 |
| Atividades de investimento | | (262.343) | (376.990) |
| Aumento de capital - controladas | | (262.343) | (376.990) |
| Recebimento pela venda | | 478.263 | 1.581 |
| Imobilizado | | (98.745) | (65.150) |
| Pagamento pela compra: | | (280.250) | (311.420) |
| Intangível | | (162.075) | (751.879) |
| Atividades de financiamento | | 24 | (283.247) |
| Distribuição de dividendos e JCP | | 18.728 | (289.466) |
| Aquisição de empréstimos e arrendamentos | | (35.425) | (25.425) |
| Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros) | | (15.080) | (58.148) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | | (279.599) | (232.505) |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | 391.934 | 744.206 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 187.546 | 95.320 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 579.480 | 179.526 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

| | Nota explicativa | Capital social | Aumento/Redução de capital em aprovação | Reservas de reavaliação | Reservas de avaliação de lucros | Ajustes de lucros patrimoniais acumulados | Lucros | Total |
|---|------------------|------------------|---|-------------------------|---------------------------------|---|------------------|------------------|
| Saldo final em 31 de dezembro de 2020 | | 2.272.441 | | | | | | 4.055.983 |
| Dividendos intermediários - exercícios anteriores | | | | 64.843 | 1.644.343 | 74.356 | | (123.968) |
| Aumento de capital: | | | | | | | | |
| Portaria SUSEP/CGRAJ nº 269 | | 30.000 | | | | | | 30.000 |
| Portaria SUSEP/CGRAJ nº 547 | | 250.000 | | | | | | 250.000 |
| AGE de 29 de outubro de 2021 | | | | 112.000 | | | | 112.000 |
| Reserva de reavaliação | | | | | | | | |
| Realização | | | | (2.799) | | | | (2.799) |
| Outros | | | | 719 | | | | 719 |
| Ajuste de exercícios anteriores - controladas | | | | 36.612 | | | | 36.612 |
| Reconhecimento pagamento em ações | | | | 8.924 | | | | 8.924 |
| Adoção inicial CPC 06 | | | | (18.717) | | | | (18.717) |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | | | | | (242.450) | | (242.450) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | 922.246 | 922.246 |
| Proposta para distribuição do resultado: | | | | | | | | |
| Reserva legal | | | | | 46.112 | | | 46.112 |
| Reservas estatutárias | | | | | 631.584 | | | 631.584 |
| JCP (R\$ 0,32 por ação) | | | | | (184.102) | | | (184.102) |
| Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,11 por ação) | | | | | (63.247) | | | (63.247) |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2021 | | 2.552.441 | | 112.000 | 62.763 | 2.224.952 | (160.094) | 5.389.062 |
| Dividendos intermediários - exercícios anteriores | | | | | | | | (820.000) |
| Aumento/Redução de capital: | | | | | | | | |
| Portaria SUSEP/CGRAJ nº 640 | 24 | 112.000 | | | | | | 112.000 |
| Portaria CGRAJ/SUSEP nº 707 | | 66.000 | | | | | | 66.000 |
| Portaria CGRAJ/SUSEP nº 687 | | 105.000 | | | | | | 105.000 |
| Portaria CGRAJ/SUSEP nº 645 | | 10.000 | | | | | | 10.000 |
| Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1021 | | 279.850 | | | | | | 279.850 |
| Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1172 | | 20.000 | | | | | | 20.000 |
| Portaria CGRAJ/SUSEP | | (16.175) | | | | | | (16.175) |
| AGE de 28 de julho de 2022 | | | | 20.000 | | | | 20.000 |
| AGE de 30 agosto de 2022 | | | | 213.955 | | | | 213.955 |
| AGE de 31 de outubro de 2022 | | | | 135.614 | | | | 135.614 |
| AGE de 28 de dezembro de 2022 | | | | 22.000 | | | | 22.000 |
| Reserva de reavaliação | | | | | | | | |
| Realização | | | | (70.162) | | | | (70.162) |
| Outros | | | | 27.675 | | | | 27.675 |
| Ajuste de períodos anteriores - controladas | | | | | (14.011) | | | (14.011) |
| Recon | | | | | | | | |

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61198164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-PRVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências se iniciaram e que ainda não foram avaliados.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de coseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avaliados (BSNEF), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A BSNEF é calculada através de técnicas estatísticas e atuárias, como triângulos de "run-off" com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avaliados (BSNEF) e constituída para o pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avaliados a Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuárias como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos à despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alçadas e não alçadas relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuários.

3.1.2.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São mensurados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com o valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição desses ativos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação de resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas são feitas com premissas adicionais de taxas biométricas. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura de termos da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP de acordo com a sua metodologia vigente.

No presente data-base, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 62,4% e o percentual de resseguro foi de 1%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado a soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros ocorridos e não avaliados, não foram registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliadas através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente com uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCO).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de longo prazo: são planos de saúde, planos de saúde odontológicos, planos de pensão, planos de transporte, auxílio-creche, auxílio-viajem ou auxílio-babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocinadora os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano de Aposentadoria por Invalidez (PAPI) e o Plano de Aposentadoria por Idade (PAI) e o Plano PORTOPREV II na modalidade CO (Contribuição Variável) fechada para novos adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novos adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados no ato de uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração as taxas de mortalidade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e o custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou indenização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e férias não gozadas, são calculados e provisionados segundo uma metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.14 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPOSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam ocorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições de provisões são em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação e sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, tem seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deve ser um ativo contingente e o reconhecimento contábilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.15 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.16 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.16.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição de reservas. A receita líquida é a diferença entre a receita bruta e as despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.16.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, seguindo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

3.17 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, nesse caso, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data do encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a liquidação desses ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.19 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser afetada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerando as mudanças para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuárias e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões são atualizadas periodicamente para uso das circunstâncias e são atualizadas relacionadas aos riscos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos riscos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de avaliação.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa n.º 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCALIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica da Companhia e a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto a capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCO

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para o Porto Seguro.

Os riscos são aqueles que qualquer efeito de incerteza nos seus objetivos, o Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. E por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange a gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo e a implementação deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensal para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensal para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau máximo de risco ("rating" B) de acordo com metodologia de classificação própria, que segue

processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Assat. Management.

Em 31 de dezembro de 2022, 88,6% (83,4% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do Tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impairment").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda decorrente do não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a vigência e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de seguro da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico por exemplo), uma vez que são recebidos, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa n.º 9.1.1.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação do resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras fiscalizadoras do Brasil.

A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's".

| Classe | Categoria de risco | Dezembro de 2022 | | Dezembro de 2021 | |
|---|--------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | | R\$ mil | % | R\$ mil | % |
| Local | AA- | 3.084 | 28,16 | 23.836 | 14,258 |
| | AA | 5.725 | 10,719 | 1.024 | 735 |
| | BB- | 1.191 | 2,104 | 2.710 | 629 |
| | BBB+ | 2.710 | 629 | 7.009 | 4.842 |
| | A | 9.219 | 833 | - | 633 |
| Admitida | AA- | 46.404 | 67,381 | 67.381 | 67,381 |
| | A | - | - | - | - |
| Total de recebíveis de resseguro | | 46.404 | 67,381 | 67.381 | 67,381 |

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de "stress"), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

| | Dezembro de 2022 | | Dezembro de 2021 | |
|------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | Fluxo de Ativos (i) passivos (ii) | Fluxo de Ativos (i) passivos (ii) | Fluxo de Ativos (i) passivos (ii) | Fluxo de Ativos (i) passivos (ii) |
| A vista/sem vencimento | 912.867 | 40.322 | 604.268 | 25.532 |
| Fluxo de 1 a 30 dias | 1.976.646 | 848.990 | 931.893 | 754.843 |
| Fluxo de 2 a 6 meses | 2.959.988 | 3.620.837 | 2.151.743 | 2.461.853 |
| Fluxo de 7 a 12 meses | 926.539 | 1.912.556 | 624.728 | 1.207.151 |
| Fluxo acima de 1 ano | 3.828.323 | 1.131.219 | 3.503.480 | 797.882 |
| Total | 10.605.763 | 7.553.924 | 7.816.102 | 5.187.261 |

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, extração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto a data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento-ou recebimento e não consideram os valores a receber/vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o ativo e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|-------------------------|------------------|------------------|
| Inflação (IPCA/IGPM) | 17,7% | 71,6% |
| Pós-fixados (SELIC/CDI) | 20,5% | 6,8% |
| Pré-fixados | 1,7% | 4,3% |
| Outros | 1,9% | 15,8% |

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de "stress" da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos. Identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de "stress", são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

| Fator de Risco | Cenário (i) | Impacto (ii) |
|-------------------|-------------|--------------|
| Índices de preços | + 50 b.p. | (335.092) |
| | + 25 b.p. | (183.851) |
| | + 10 b.p. | (78.140) |
| | - 10 b.p. | 335.092 |
| | - 25 b.p. | 183.851 |
| | - 50 b.p. | 78.140 |
| Juros pré-fixados | + 50 b.p. | (62.162) |
| | + 25 b.p. | (31.837) |
| | + 10 b.p. | (12.924) |
| | - 10 b.p. | 62.162 |
| | - 25 b.p. | 31.837 |
| | - 50 b.p. | 12.924 |
| Juros pós-fixados | + 50 b.p. | 12.924 |
| | + 25 b.p. | 6.462 |
| | + 10 b.p. | (2.976) |
| | - 10 b.p. | (3.421) |
| | - 25 b.p. | (4.276) |
| | - 50 b.p. | (5.131) |
| Ações | + 34% | 82.037 |
| | + 17% | 41.019 |
| | = 9% | 20.509 |

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Resalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que permitem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

Desenvolvido por

NEIDE OLIVEIRA SOUZA

CNPJ: 08.049.695/11

Dados: 2023.03.16

Assinado de forma digital por

ROBERTO DE SOUZA DIAS

CNPJ: 08.049.695/11

Dados: 2023.03.16

Assinado de forma digital por

DANIELE GOMES YOSHIDA

CNPJ: 08.049.695/11

Dados: 2023.03.16

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticação pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01.198.164-0/001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guianases, 1.238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(*) continuação

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariam as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido...

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados...

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados...

(c) Risco de retenção: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados...

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

(*) Bruto de Resseguro

Table with columns: Região, Automóvel, % Residencial, % Vida, % Riscos Financeiros, % Demais, % Total. Rows for Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total Geral.

(*) Líquido de Resseguro

Table with columns: Região, Automóvel, % Residencial, % Vida, % Riscos Financeiros, % Demais, % Total. Rows for Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total Geral.

(*) Não incluem os valores de RVNE e coseguros aceitos nos montantes de R\$ 81.397 e (R\$ 106.360), respectivamente, (bruto de resseguro) e R\$ 440 de RVNE (líquido de resseguro).

(*) Bruto de Resseguro

Table with columns: Região, Automóvel, % Residencial, % Vida, % Riscos Financeiros, % Demais, % Total. Rows for Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total Geral.

(*) Líquido de Resseguro

Table with columns: Região, Automóvel, % Residencial, % Vida, % Riscos Financeiros, % Demais, % Total. Rows for Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total Geral.

(*) Não incluem os valores de RVNE e coseguros aceitos nos montantes de R\$ (18.747) e R\$ 2.876, respectivamente, (bruto de resseguro) e R\$ 899 de RVNE (líquido de resseguro).

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itai Auto" para pessoas físicas e jurídicas...

Premissas atuariais: Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p. (478.849) / 60.038; Sinistros - aumento de 50,0% (324.712) / 474.314.

5.4.2 DANOS [EXCETO AUTOMÓVEL] E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia...

Premissas atuariais: Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p. (56.117) / (46.239); Sinistros - aumento de 50,0% 123.790 / 110.046.

5.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária...

Premissas atuariais: Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p. 4.257 / 20.337; Sinistros - aumento de 50,0% 68.475 / 84.095.

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas...

Patrimônio líquido: (+/-) Ajustes contábeis (4.206.910) / (3.853.858); Participações societárias (2.031.552) / (1.519.376); Despesas antecipadas (67.165) / (80.077)...

Patrimônio líquido: (+/-) Ajustes contábeis (4.206.910) / (3.853.858); Participações societárias (2.031.552) / (1.519.376); Despesas antecipadas (67.165) / (80.077)...

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia...

Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores...

Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurado.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração...

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos na composição do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Table with columns: Região, Automóvel, % Residencial, % Vida, % Riscos Financeiros, % Demais, % Total. Rows for Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total Geral.

Table with columns: Região, Automóvel, % Residencial, % Vida, % Riscos Financeiros, % Demais, % Total. Rows for Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total Geral.

(*) Não incluem os valores de RVNE e coseguros aceitos nos montantes de R\$ 81.397 e (R\$ 106.360), respectivamente, (bruto de resseguro) e R\$ 440 de RVNE (líquido de resseguro).

(*) Bruto de Resseguro

Table with columns: Região, Automóvel, % Residencial, % Vida, % Riscos Financeiros, % Demais, % Total. Rows for Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total Geral.

(*) Líquido de Resseguro

Table with columns: Região, Automóvel, % Residencial, % Vida, % Riscos Financeiros, % Demais, % Total. Rows for Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total Geral.

(*) Não incluem os valores de RVNE e coseguros aceitos nos montantes de R\$ (18.747) e R\$ 2.876, respectivamente, (bruto de resseguro) e R\$ 899 de RVNE (líquido de resseguro).

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas...

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de eventos negativos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade...

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo...

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de longo prazo em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos...

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão desse risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento...

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição...

Patrimônio líquido: (+/-) Ajustes contábeis (4.206.910) / (3.853.858); Participações societárias (2.031.552) / (1.519.376); Despesas antecipadas (67.165) / (80.077)...

Patrimônio líquido: (+/-) Ajustes contábeis (4.206.910) / (3.853.858); Participações societárias (2.031.552) / (1.519.376); Despesas antecipadas (67.165) / (80.077)...

Table with columns: De dezembro de 2022, De dezembro de 2021. Rows for PLA de nível 2, Excesso de Nível 2, Excesso de Nível 3, Excesso de níveis 2 e 3, Patrimônio líquido ajustado (PLA), Capital de risco (II), Capital de risco de subscrição, Capital de risco de mercado, Capital de risco operacional, Benefício da correlação entre riscos, Capital mínimo requerido, Suficiência de capital.

Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CNR.

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

Table with columns: De dezembro de 2022, De dezembro de 2021. Rows for Equivalentes de caixa.

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

Table with columns: De dezembro de 2022, De dezembro de 2021. Rows for Fundos abertos, Cotas de fundos de investimentos, Outros, Fundos exclusivos, LFTs, Cotas de fundos, Ações de companhias abertas, Letras Financeiras privadas, Outros.

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Table with columns: De dezembro de 2022, De dezembro de 2021. Rows for Carteira própria, NTNs - B, LTNs, Total, Circulante, Não Circulante.

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.936.313 (R\$ 2.078.321 em dezembro de 2021).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

Table with columns: De dezembro de 2022, De dezembro de 2021. Rows for Fundos exclusivos, NTNs - B, LTNs, Não circulante, Circulante, Não Circulante.

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 818.336 (R\$ 479.779 em 31 de dezembro de 2021).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

Table with columns: De dezembro de 2022, De dezembro de 2021. Rows for Saldo inicial, Resgates, Rendimentos, Ajuste a valor de mercado, Saldo final.

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo das aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de generalidade em resgate/liquidação antecipada.

Table with columns: De dezembro de 2022, De dezembro de 2021. Rows for Ativo circulante, Passivo circulante, Índice de liquidez corrente.

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (líquido exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

Table with columns: Taxas de juros % (a.a.), De dezembro de 2022, De dezembro de 2021. Rows for Equivalentes de caixa, Fundos exclusivos, LFTs (SELC - Ágio/Deságio), NTNs B - IPCA, LFTs (SELC - Ágio/Deságio).

(*) Vide nota explicativa nº 7.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61198464-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianas, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

Table with columns: Redução, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include Automóvel, Pessoas, Patrimonial, Riscos financeiros, Transportes, Anual/Rural, Responsabilidade, Circulante, Não circulante.

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

Table with columns: Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include A vencer, Vencidos de 1 a 30 dias, Vencidos 31 a 60 dias, Vencidos 61 a 120 dias, Acima de 120 dias, Redução ao valor recuperável.

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

Table with columns: Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include Saldo inicial, Prêmios emitidos, IOF, Adicional de fracionamento, Prêmios cancelados, Recuperações, Redução ao valor recuperável, Saldo final.

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*)

Table with columns: Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include Saldo inicial, Provisões constituídas, Reversões e baixas, Baixas para prejuízo (incobráveis), Saldo final.

(*) As despesas reversíveis de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Outras despesas operacionais" (vide nota explicativa nº 29).

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO (*)

Table with columns: Quantidade de parcelas, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include Automóvel, Ramos elementares, Vida.

(*) Uma das ações da Companhia durante a pandemia foi disponibilizar a possibilidade de contratação em 10 vezes sem juros, resultando em um crescimento nas faixas entre 6 a 11 parcelas.

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Table with columns: Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include Direito a ressarcimentos (i), Dividendos e JCP, Outros, Circulante, Não circulante.

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimentos originados dos ramos de seguro fiança:

Table with columns: Expectativa de realização, Efetivas realizações, Expectativa de realização, Efetivas realizações. Rows include 1º mês, 2º mês, 3º mês, 4º mês, 5º mês, 6º mês, 7º mês, 8º mês, 9º mês, 10º mês, 11º mês, 12º mês, 13º ao 24º mês, 25º ao 30º mês, Após o 30º mês, Circulante, Não circulante.

Foi segregada em outubro de 2021 para efeito de contabilização das provisões técnicas da carteira Fiança, a parcela de ressarcimentos entre estimados e efetivos, respaldada pelo valor da recuperação correspondente aos sinistros avisados e ainda não pagos (estimada) e a outra parcela correspondente às recuperações de conhecimento da Companhia por sinistros pagos (atvada), ambas previstas como expectativa de recebimento do segurado, em caso de sinistro.

10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

Table with columns: Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include Saldo inicial, Constituições, Reversão, Saldo final.

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Table with columns: Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i), Contribuição social (ii), Imposto de renda (i), PIS e COFINS, Outros, Circulante, Não circulante.

(i) O aumento deve-se, principalmente, aos créditos tributários da Lei do Bem.

(ii) Vide nota explicativa nº 11.1.1.

11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1.1 ATIVO

Table with columns: Constituição de ativos a reverter, Constituição de passivos reversíveis, Dezembro de 2021, Dezembro de 2022. Rows include Diferenças temporárias decorrentes de: Provisão para obrigações legais (i), IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros, PIS e COFINS sobre PSL e IBIR, Benefício a empregados, Provisões para processos judiciais - civis e trabalhistas, Provisão de participação nos lucros, Não lucros, créditos, Outras provisões.

11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Table with columns: Valor, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028 a 2030, Após 2030, Total - Ativo. Rows include Natureza, IR e CS sobre reavaliação de imóveis, IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS, IR e CS outros (ii).

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorar em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

11.1.3 PASSIVO

Table with columns: Dezembro de 2021, Constituição Reverso, Dezembro de 2022. Rows include Natureza, IR e CS sobre reavaliação de imóveis, IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS, IR e CS outros (ii).

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Table with columns: Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A), Alíquota vigente (i) (ii), Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B), Juros sobre o capital próprio, Inovação tecnológica (ii), Equivalência patrimonial, Incentivos fiscais, Indêbitos tributários (iii), Outros, Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C), Total de imposto de renda e contribuição social (D = A + B + C), Taxa efetiva (D/A).

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

(ii) Retire-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo a pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

(iii) Em 2021 houve a reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais, conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16 de dezembro de 2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indêbitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IRACON.

12. DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Table with columns: Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include PIS (*), Processos judiciais com adesão ao REFIN (*), Sinistros, INSS, Outros.

(*) Vide nota explicativa nº 23.1.1 (a).

13. OUTROS VALORES E BENS

Table with columns: Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include Bens à venda - salvados (i), Direito a salvados - estimado (ii), Ativo de direito de uso (iii), Cheques e ordens a receber, Alimentação, Circulante, Não circulante.

(i) Vide nota explicativa nº 13.1.

(ii) Vide nota explicativa nº 13.3.

(iii) Vide nota explicativa nº 13.2.

13.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

Table with columns: Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include Permanência até 30 dias, Permanência de 31 a 60 dias, Permanência de 61 a 120 dias, Permanência de 121 a 365 dias, Permanência acima de 365 dias, Redução ao valor recuperável (*).

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

13.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

Dezembro de 2022

Table with columns: Expectativa de realização, Efetivas realizações, Expectativa de realização, Efetivas realizações. Rows include 1º mês, 2º mês, 3º mês, 4º mês, 5º mês, 6º mês, 7º mês, 8º mês, 9º mês, 10º mês, 11º mês, 12º mês, 13º ao 18º mês, 19º ao 24º mês, 25º ao 30º mês, Após o 30º mês, Circulante, Não circulante.

13.2.1 MOVIMENTAÇÃO

Table with columns: Saldo inicial, Constituições, Reversões, Saldo final, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021.

13.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

Table with columns: Taxas anuais de depreciação, Depreciação acum., Valor, Custo, Custo líquido, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include Direito de uso, 5.0 a 5.0, 5.0 a 5.0, 5.0 a 5.0.

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

13.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÕES

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2021, Constituição de novos contratos, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2021. Rows include Direito de uso, 5.0 a 5.0, 5.0 a 5.0, 5.0 a 5.0.

14. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

Table with columns: Dezembro de 2022, Dezembro de 2021. Rows include Automóvel, Patrimonial, Riscos Financeiros, Pessoas, Outros, Circulante, Não circulante.

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o prazo médio de 31 de dezembro de 2021.

14.1 MOVIMENTAÇÃO

Table with columns: Saldo inicial, Constituição, Apropriação para despesa, Saldo final, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021.

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2021, Resultado líquido, Ajuste de avaliação patrimonial, Saldo em 31 de dezembro de 2022. Rows include Porto Saúde, Porto Vida, Aqu Seguros (*), Porto Uruguai, Porto, Capitalização.

(*) A Porto Seguro S.A. possui 67,83% de participação nesta sociedade.

16. IMOBILIZADO

Table with columns: Taxas anuais de depreciação, Depreciação acum., Valor, Custo, Custo líquido, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022. Rows include Edificações (*), Bens em imóveis de terceiros, Terrenos, Obras em andamento, Informática, Móveis, Máquinas e utensílios, Rastreadores, Equipamentos, Veículos.

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

Table with columns: Saldo líquido em dezembro de 2021, Aquisições, Baixas, Saldo em dezembro de 2022, Saldo líquido em dezembro de 2021. Rows include Edificações (*), Benefícios em imóveis de terceiros, Obras em andamento, Informática, Móveis, Máquinas e utensílios, Rastreadores, Equipamentos, Veículos.

(*) Referem-se aos bens da primeira tranche vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.2.

Logo of ESTADÃO DE SÃO PAULO and contact information for the newspaper.

Signature of NEIDE OLIVEIRA SOUZA:20

Signature of ROBERTO DE SOUZA DIAS:1158

Signature of DANIELE GOMES YOSHIDA:3

QR code and publication information for ESTADÃO RI.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164-0001/60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianasas, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - Sao Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

17. INTANGÍVEL

Table showing intangible assets for December 2022 and 2021, including Software and Outros Intangíveis.

17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

Table showing the movement of intangible assets for December 2022 and 2021.

18. CONTAS A PAGAR

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

Table showing liabilities to pay for December 2022 and 2021, including Fornecedores, Provisão benefícios a empregados, etc.

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Table showing taxes and social contributions for December 2022 and 2021.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Pertence-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia, com vencimentos até maio de 2024, em que são remunerados a taxa indexada ao CDI. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

Table showing loans and financings for December 2022 and 2021.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Table showing bank loans for December 2022 and 2021, including Bradesco and Itaú.

19.2 MOVIMENTAÇÃO

Table showing the movement of bank loans for December 2022 and 2021.

20. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

20.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Table showing insurance and reinsurance correctors for December 2022 and 2021.

20.2 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS - "AGING"

Table showing insurance and reinsurance correctors - aging for December 2022 and 2021.

21. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros facionados em processamento.

Table showing deposits from third parties for December 2022 and 2021.

22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

Table showing technical provisions - insurance for December 2022 and 2021.

22.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

Table showing the movement of the liability of insurance contracts and reinsurance assets for December 2022 and 2021.

Table showing liabilities from contracts of insurance for December 2022 and 2021.

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

Table showing guarantees for technical provisions for December 2022 and 2021.

22.3 COMPORTEMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R\$ milhões), denominada tabela de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

Table showing the behavior of claims provisions for December 2022 and 2021.

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

Table showing judicial claims provisions for December 2022 and 2021.

23. OUTROS DÉBITOS

23.1 PROVISÕES JUDICIAIS

23.1.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes dessas processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir.

Table showing judicial provisions for December 2022 and 2021.

23.1.2 IMPROVÁVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

Table showing unprovable judicial provisions for December 2022 and 2021.

(a) Provisão para Processos Fiscais e Previdenciários

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

Table showing provisions for tax and social security processes for December 2022 and 2021.

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades. Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.095, em sede de repercussão geral. Em Execução Fiscal movida em favor da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R\$ 136.663, em face da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de crédito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um direito a recuperar perante a Receita Federal.

Table showing PIS for December 2022 and 2021.

(ii) REFS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discute judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) Outros Tributos

A Companhia mantém discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxas Municipais; (iii) Imposto sobre Serviços - ISS; e (iv) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

Movimentação das Provisões Judiciais Prováveis

Table showing movement of probable judicial provisions for December 2022 and 2021.

23.1.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

Table showing possible judicial provisions for December 2022 and 2021.

(a) Fiscais e Previdenciárias

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente a: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R\$ 375.440 (R\$ 259.110 de possível impacto no lucro líquido) e; (ii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2019 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 152.667 (R\$ 114.611 de possível impacto no lucro líquido).

23.2 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Table showing lease liabilities for December 2022 and 2021.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 3.305.845, dividido em 660.488.297 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R\$ 2.664.441 dividido em 583.586.532 unidades em 31 de dezembro de 2021). As aprovações de aumento/redução de capital realizadas pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2022 foram as seguintes:

Table showing equity movements for December 2022 and 2021.

Em 28 de dezembro de 2022, 30 de agosto de 2022, 31 de outubro de 2022 e 28 de novembro de 2022 foram aprovados aumentos de capital nos montantes de R\$ 200.000, R\$ 213.965, R\$ 135.614 e R\$ 22.000 respectivamente e aguardam aprovações pela SUSEP.

Em 30 de abril de 2022 foi realizada a cisão da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A., conforme detalhada na nota explicativa nº 1.2.1. Esta cisão gerou a redução de capital no montante de R\$ 16.175.

(b) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários, vide nota explicativa nº 8.2.

(c) Reservas de Reavaliação

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício no montante de R\$ 70.182 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.730 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R\$ 411.594 (R\$ 377.854 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Reservas Estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas contratas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinada a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em observância à Lei nº 6.404/76, poderá ser integral ou parcialmente distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O saldo dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R\$ 1.968.873 (R\$ 1.835.131 em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de abril de 2022 foi realizada a cisão da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A., conforme detalhada na nota explicativa nº 1.2.1. Esta cisão gerou a redução na reserva de lucros no montante de R\$ 1.321.

O montante de - R\$ 14.011 apresentado na DMLP em "Ajustes de exercícios anteriores - controladas" refere-se principalmente a reversão do valor justo dos imóveis destinados a renda da Azul Seguros, em razão da Circular SUSEP nº 648/2021 que não referendou o CPC 28 - Propriedades para Investimentos em sua totalidade.

(iii) Outras Reservas

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R\$ 10.133 em 2014 e R\$ 6.817 em 2017 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. Os pagamentos obrigatórios poderão ser limitados ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da Lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (lucido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 30 de março de 2022, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 63.247 relativos ao cumprimento do dividendo mínimo obrigatório de 2021. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação. Adicionalmente, a Administração aprovou em 29 de setembro de 2022 de 28 de

continua

Logo of NEIDE OLIVEIRA SOUZA:20 and contact information.

Logos and contact information for ROBERTO DE SOUZA DIAS:1158 and DANIELE GOMES YOSHIDA:3.

QR code and text regarding digital certification and publication details.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61198164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

novembro de 2022, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 70.000 e R\$ 150.000, respectivamente, a conta de reservas de lucros

A Administração da Companhia aprovou, na reunião de diretoria, realizada em 30 de junho de 2022, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R\$ 48.264, líquidos de imposto de renda, pagos em 30 de novembro de 2022.

A Administração da Companhia deliberou, na reunião de diretoria de 30 de agosto de 2022 e 31 de outubro de 2022, JCP no valor de R\$ 136.965 e R\$ 105.614, respectivamente, líquidos de imposto de renda, para integralização de capital na Companhia.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

Table with 2 columns: Descrição and Valor. Rows include Lucro líquido do exercício, Reserva legal - 5%, Realização da reserva de reavaliação, Lucro básico para determinação do dividendo, Dividendos mínimos obrigatórios (25%), JCP distribuído - líquido (*), Complemento dividendos mínimos obrigatórios, Total de dividendos e JCP, Total por ação (R\$).

(*) Em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 342.168 destacado na DNPL, está incluído R\$ 51.325, referente ao imposto de renda retido no fonte (15%) sobre JCP.

(i) Remuneração em Ações

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas;

(iii) a criação de valor para os acionistas e (iv) o crescimento da Companhia. Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento da parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto;

(3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant tem como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" ou "lock-up" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido Plano em Ações. O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, reletindo o pagamento da parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de "vesting" de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorreu mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

Table with 4 columns: Descrição, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021, Quantidade. Rows include Saldo inicial, Diferimento de "vesting" do período, Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito, Saldo final, Valor de mercado médio ponderado (R\$).

25. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSÃO

Table with 4 columns: Descrição, Índice de Prêmios emitidos, Índice de Prêmios ganhos, Índice de sinistralidade, Índice de comissão. Rows include Automóveis, Resp. civil facultativa veículos, Demais - Automóveis, Fiança locatícia, Compressivo empresarial, Vida individual e grupo, Demais - vida, Demais - patrimonial, Demais - transportes, Demais - rural, Demais ramos.

Table with 4 columns: Descrição, Índice de Prêmios emitidos, Índice de Prêmios ganhos, Índice de sinistralidade, Índice de comissão. Rows include Automóveis, Resp. civil facultativa veículos, Demais - Automóveis, Fiança locatícia, Compressivo empresarial, Vida individual e grupo, Compressivo residencial, Demais - vida, Demais - patrimonial, Demais - transportes, Demais - rural, Demais ramos.

26. VARIÁÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

Table with 4 columns: Descrição, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021, Bruto de Líquido de resseguro, Bruto de Líquido de resseguro. Rows include Provisão de prêmios não ganhos, Provisão de riscos não expirados, Outras provisões.

27. SINISTROS OCORRIDOS

Table with 4 columns: Descrição, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021, Ativo, Ativo. Rows include Sinistros avisados - ADM, Porto Socorro, Sinistros avisados - JUD, Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, Ressarcimentos, Encargos sociais, Outras despesas com sinistros (*).

(*): Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

28. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

Table with 4 columns: Descrição, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021, Comissões sobre prêmios retidos, Outras despesas de comercialização, Variação das despesas de comercialização diferidas.

(*): Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos e as despesas de comercialização não diferidas.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Table with 4 columns: Descrição, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021, Assistência, Cobrança, Benefícios concedidos a segurados, Encargos sociais, Dispositivo anti-furto, Honorários advocatícios, Provisão para redução ao valor recuperável, Outras despesas cíveis.

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Table with 4 columns: Descrição, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021, Pessoal e benefícios pós-emprego, Serviços de terceiros, Localização e funcionamento, Publicidade, Programa Meu Porto Seguro (i), Donativos e contribuições, Despesas recuperadas (ii), Outras.

(i) Valores referentes ao Programa Meu Porto Seguro, que teve início no 2º semestre de 2020, iniciativa que ofereceu até o momento 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação, em todo o Brasil, para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, ou que já estavam desempregadas ou ainda, em busca do primeiro emprego em todo o Brasil.

(ii) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 34).

31. DESPESAS COM TRIBUTOS

Table with 4 columns: Descrição, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021, COFINS, PIS, Outras.

32. RESULTADO FINANCEIRO

Table with 4 columns: Descrição, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021, Ganhos de títulos disponíveis para a venda, Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação, Operações de Seguros, Variações monetárias dos depósitos judiciais, Operações de Seguros, Desvalorização de títulos disponíveis para a venda, Resultado financeiro.

33. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

Do montante de R\$ 27.437 em 31 de dezembro de 2022, R\$ 31.657 refere-se ao ganho patrimonial obtido na operação com o Fundo realizado em junho e julho de 2022 (conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.2), compensado pela perda de R\$ 4.220 relativos a sucatas.

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- Além dos montantes de Dividendos e JCP a receber e a pagar, notas explicativas nºs 10 e 18, respectivamente, as principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:
(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto Seguro;
(ii) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para a utilização da estrutura física;
(iii) Aluguéis dos prédios cobrados pela controlada Porto Vida;
(iv) Prestação de serviços do grupo saúde contratados da controlada Porto Saúde;
(v) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;
(vi) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos;
(vii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
(viii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
(ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
(x) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência;
(xi) Prestação de serviços de telecomunicações pela Porto Conecta.
Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Table with 4 columns: Descrição, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021, Ativo, Ativo. Rows include Azul Seguros, Portoseg, Porto Saúde, Porto Assistência, Porto Consórcio, Porto Atendimento, Itai Auto e Residência, Porto Vida, Demais.

34.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

Table with 4 columns: Descrição, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021, Demonstração do resultado, Demonstração do resultado.

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

35.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de seus patrocinadores e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição do patrocinador corresponde a 100% do valor de contribuição do participante. Em dezembro de 2022, os planos contavam com cerca de 4,6 mil (4 mil e 600) participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 19.192 em dezembro de 2022 (R\$ 16.991 em dezembro de 2021).

35.2 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

Table with 4 columns: Descrição, Dezembro de 2022, Dezembro de 2021, Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício, Custo dos benefícios, Custo de juros, Benefícios pagos, Ganho/Perda sobre a obrigação atuarial, Saldo final do passivo.

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas em 31 de dezembro de 2022, foram as seguintes:

- Taxa média de desconto das obrigações (ao ano) - 6,23%;
Taxa de crescimento salarial (ao ano) - 1,00%;
Inflação econômica (ao ano) - 75,59%;
Inflação médica (ao ano) - 4,00%;
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal - 5,02%.

36. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Relatório do Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Table with 4 columns: Nome, Cargo, Nome, Cargo, Nome, Cargo, Nome, Cargo. Rows include ROBERTO DE SOUZA SANTOS, CELSO DAMADI, LENE ARAÚJO DE LIMA, LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA, MARCOS ROBERTO LOUÇAO, SAMI FOGUEL, JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA, ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES, CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM, CAROLINA HELENA ZWARG, EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL, FABIO OHARA MORITA, JAIME SOARES BATISTA, JARBAS DE MEDEIROS BACIANO, LUIZ FELIPE MEDEIROS GUMARÃES, LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA, MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA, MARCOS ROGÉRIO SIRELLI, RAFAEL VENEZIANI KOZMA, IZAK RAFAEL BENADERET, MARCELO ZORZO, NELSON SANTOS AGUIAR, PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON, TIAGO VIOLIN, DANIELE GOMES YOSHIDA, BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MIELO.

continua

Logo of ESTADÃO DE SÃO PAULO with contact information and QR code.

Profile of NEIDE OLIVEIRA SOUZA:20 with contact information and QR code.

Profile of ROBERTO DE SOUZA DIAS:158 with contact information and QR code.

Profile of DANIELE GOMES YOSHIDA:30 with contact information and QR code.

Profile of BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MIELO with contact information and QR code.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61194164-0001/60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaiunases, 1.238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-0001 - São Paulo - SP



continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado avançado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.12 e 22, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 9.668.837 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na abertura das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes e apólices em processo de emissão, entre outros. Adicionalmente, a diretoria realizou o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa à data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidade calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.12. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de tais provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridas e não avisadas e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

As demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável, (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos das demonstrações financeiras;

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se

- Concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequado.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, o que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/LS Ltda
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.
São Paulo - SP
Opinião

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência

acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente a adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativas e requisitos supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valorização da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuario, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuario considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados -

SUSEP pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e também com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que seriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, mas especificamente referentes aos quadros estatísticos de sinistros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Todavia, as citadas divergências já são de ciência da Companhia, a qual já tem plano de ação definido para a sua eliminação, além de não se constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Porto Seguro

Com o app, todo o cuidado da Porto tá na palma da sua mão.

Baixe agora!

Luiz Correa
(Atendente Porto Seguro)

NEIDE OLIVEIRA SOUZA:205 40R56R51

ROBERTO DE SOUZA DIAS:1158 3846883

DANIELE GOMES YOSHIDA:30 141081899

Assinado de forma digital por NEIDE OLIVEIRA SOUZA:20540R56R51
Assinado de forma digital por ROBERTO DE SOUZA DIAS:11583846883
Assinado de forma digital por DANIELE GOMES YOSHIDA:30141081899

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no CR Code ao lado ou pelo site: <https://www.portoseguro.com.br/relacao-com-o-investidor>

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Balanço encerrado em 31 de dezembro 2022

(valores em milhares de reais)

Ativo

| | |
|---|-------------------|
| Ativo Circulante – A C (*)..... | 11.032.386 |
| Realizável a Longo Prazo – R L P | 3.110.693 |
| Investimentos, Imobilizado e Intangível..... | 3.747.026 |
| Ativo Total – AT | 17.890.105 |

Passivo

| | |
|---|-------------------|
| Passivo Circulante – P C | 10.176.401 |
| Passivo Não Circulante – P N C | 2.125.097 |
| Patrimônio Líquido – P L | 5.588.607 |
| Passivo Total – PT | 17.890.105 |

Indicador de Análise Econômico-Financeiro

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$\frac{A C + R L P}{P C + P N C} = \frac{14.143.079}{12.301.498} = 1,15$$

Índice de Solvência Geral (ISG):

$$\frac{A T}{P C + P N C} = \frac{17.890.105}{12.301.498} = 1,45$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\frac{A C}{P C} = \frac{11.032.386}{10.176.401} = 1,08$$

Grau de Endividamento (GE):

$$\frac{P C + P N C}{A T} = \frac{12.301.498}{17.890.105} = 0,69$$

Gerência de Capital de Terceiros (GCT)

$$\frac{P L}{P C + P N C} = \frac{5.588.607}{12.301.498} = 0,45$$

Nota explicativa:

(*) Montante composto pelo saldo total do ativo circulante, somado ao saldo dos títulos disponíveis para venda no longo prazo. (vide nota explicativa 8.2).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Balanço encerrado em 31 de dezembro 2022

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2022, (vide nota explicativa nº. 8.5), a Companhia considera, para efeito do cálculo de Índice de Liquidez Corrente, que as aplicações financeiras classificadas no longo prazo como títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 1.582.127 são ativos de liquidez imediata, devido principalmente pelas características dos papéis, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTN-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A classificação contábil do montante acima no ativo não circulante deve-se apenas por questão de vencimento desses papéis.

Por fim, declaramos que esta empresa proponente encontra-se em boa situação financeira e que os índices demonstrados correspondendo à real situação da empresa. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

DANIELE GOMES Assinado de forma digital
por DANIELE GOMES
YOSHIDA:30141081899
Dados: 2023.03.08
15:09:09 -03'00'
YOSHIDA:30141
081899

Daniele Gomes Yoshida
Contador - CRC 1SP 255783/O-1

NEIDE
OLIVEIRA
SOUZA:20540
856851 Assinado de forma
digital por NEIDE
OLIVEIRA
SOUZA:20540856851
Dados: 2023.03.14
08:36:51 -03'00'

ROBERTO
DE SOUZA
DIAS:115838
46883 Assinado de forma
digital por ROBERTO
DE SOUZA
DIAS:11583846883
Dados: 2023.03.14
08:37:03 -03'00'



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 61.198.164/0001-60
Certidão n°: 33194198/2024
Expedição: 13/05/2024, às 14:44:05
Validade: 09/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **61.198.164/0001-60**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 61.198.164/0001-60
Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Endereço: AV RIO BRANCO 489 R GUAIANAZES 1238 / CAMPOS ELISEOS / SAO PAULO / SP / 01205-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/05/2024 a 08/06/2024

Certificação Número: 2024051009440445065830

Informação obtida em 13/05/2024 14:46:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ 61198164000160, está autorizada a operar, conforme DECRETO N°20138, publicado(a) no D.O.U. de 13/12/1945, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão:

CR05886_23042024_164709_680

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 23 de Abril de 2024.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

Avaliar o Serviço



**MINISTÉRIO DA FAZENDA****SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS****COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E
AUTORIZAÇÕES****CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES**

Certificamos que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, com sede na cidade São Paulo, CNPJ 61198164000160, possui os seguintes diretores:

| Nome | Cargo |
|-------------------------------------|---------|
| ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES | Diretor |
| CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM | Diretor |
| CELSO DAMADI | Diretor |
| DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA | Diretor |

| | |
|---|------------|
| EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL | Diretor |
| FÁBIO OHARA MORITA | Diretor |
| IZAK RAFAEL BENADERET | Diretor |
| JAIME SOARES BATISTA | Diretor |
| JARBAS DE MEDEIROS BACIANO | Diretor |
| JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA | Diretor |
| JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA | Presidente |
| LENE ARAUJO DE LIMA | Diretor |
| LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA | Diretor |
| LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES | Diretor |
| LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA | Diretor |
| MARCELO SEBASTIAO DA SILVA | Diretor |
| MARCOS ROBERTO LOUÇÃO | Diretor |
| MARCOS ROGÉRIO SIRELLI | Diretor |
| NELSON SANTOS AGUIAR | Diretor |
| PATRÍCIA CHACON JIMENEZ | Diretor |
| PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON | Diretor |
| PAULO SÉRGIO KAKINOFF | Diretor |



| | |
|------------------------|---------------------|
| RAFAEL VENEZIANI KOZMA | Diretor |
| SAMI FOGUEL | Vice- Presidente |
| TIAGO VIOLIN | Diretor |

Código da Certidão: **CA05886_23042024_164747_045**

Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 23 de Abril de 2024.



SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

[Avaliar o Serviço](#)



SES - SISTEMA DE ESTATÍSTICAS DA SUSEP

versão 4.0

Opção escolhida: Seguradoras: Limite de Retenção**Empresa: 05886 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Valores válidos para o período de maio até julho de 2024**[Exporta para Ms Excel®](#)**Voltar**

Obs: O arquivo exportado terá terminação .xls, mas por dentro será escrito em html. Esse fato poderá gerar uma mensagem de erro do Ms Excel®, que deverá ser ignorada.

| Ramo | Limite de Retenção (R\$) |
|--|--------------------------|
| 0111 - Incêndio Tradicional | 1.439.371 |
| 0112 - Assistência - Bens em Geral | 1.439.371 |
| 0114 - Compreensivo Residencial | 20.000.000 |
| 0115 - Roubo | 1.439.371 |
| 0116 - Compreensivo Condomínio | 20.000.000 |
| 0118 - Compreensivo Empresarial | 20.000.000 |
| 0141 - Lucros Cessantes | 10.000.000 |
| 0167 - Riscos de Engenharia | 5.283.705 |
| 0171 - Riscos Diversos | 5.757.486 |
| 0173 - Global de Bancos | 1.439.371 |
| 0195 - Garantia Est./Ext.Gar-Bens em Geral | 1.439.371 |
| 0196 - Riscos Nomeados e Operacionais | 1.439.371 |
| 0234 - Riscos de Petróleo | 1.439.371 |
| 0310 - R.C.Administradores e Diretores-D&O | 1.542.625 |
| 0313 - R. C. Riscos Ambientais | 1.439.371 |
| 0327 - Compreensivo Riscos Cibernéticos | 2.000.000 |
| 0351 - R. C. Geral | 20.000.000 |
| 0378 - R. C. Profissional | 5.757.486 |
| 0433 - Marítimos | 1.439.371 |
| 0435 - Aeronáuticos | 1.439.371 |
| 0437 - Responsabilidade Civil Hangar | 1.439.371 |
| 0457 - DPEM | 1.439.371 |
| 0520 - Acidentes Pessoais Passageiros-APP | 5.757.486 |
| 0524 - Garantia Est./ Exten. Garantia-Auto | 1.439.371 |
| 0525 - Carta Verde | 1.439.371 |
| 0531 - Automóvel - Casco | 7.500.000 |
| 0542 - Assistência e Outras Cobert. - Auto | 5.757.486 |
| 0553 - R. C. Facultativa Veículos - RCFV | 5.757.486 |
| 0621 - Transporte Nacional | 40.000.000 |
| 0622 - Transporte Internacional | 40.000.000 |
| 0627 - Resp. Civil do Transp. Intermodal | 1.439.371 |

| | |
|--|------------|
| 0628 - RCTR-P Municipal/Intermunicipal | 5.757.486 |
| 0632 - R.C.Trans.Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C | 40.000.000 |
| 0638 - R.C.Trans. Ferroviário Carga-RCTF-C | 1.439.371 |
| 0644 - R.C. Viag.Int. Pessoas - Carta Azul | 40.000.000 |
| 0652 - R. C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C | 40.000.000 |
| 0654 - R.C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C | 40.000.000 |
| 0655 - R.C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC | 40.000.000 |
| 0656 - R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C | 40.000.000 |
| 0658 - R.C.Operador Transp. Multi.-RCOTM-C | 1.439.371 |
| 0711 - Riscos Diversos Financeiros | 54.310.867 |
| 0739 - Garantia Financeira | 2.600.000 |
| 0740 - Garantia de Obrigações Privadas | 2.600.000 |
| 0745 - Garantia de Obrigações Públicas | 2.600.000 |
| 0746 - Fiança Locatícia | 21.000.000 |
| 0747 - Garantia de Concessões Públicas | 2.600.000 |
| 0750 - Garantia Judicial | 2.600.000 |
| 0775 - Garantia Segurado - Setor Público | 54.310.867 |
| 0776 - Garantia Segurado - Setor Privado | 54.310.867 |
| 0860 - Crédito Doméstico Risco Comercial | 1.439.371 |
| 0870 - Crédito Doméstico Risco P.Física | 1.439.371 |
| 0929 - Funeral | 5.757.486 |
| 0969 - Viagem | 1.439.371 |
| 0977 - Prestamista (exceto Habit e Rural) | 5.757.486 |
| 0980 - Educacional | 1.439.371 |
| 0981 - Acidentes Pessoais - Individual | 1.439.371 |
| 0982 - Acidentes Pessoais | 5.757.486 |
| 0984 - Doenças Graves ou Doença Terminal | 5.757.486 |
| 0987 - Desemprego/Perda de Renda | 5.283.705 |
| 0990 - Eventos Aleatórios | 5.757.486 |
| 0991 - Vida | 5.283.705 |
| 0993 - Vida em Grupo | 5.757.486 |
| 1101 - Seguro Agrícola sem cob. do FESR | 5.000.000 |
| 1102 - Seguro Agrícola com cob. do FESR | 5.000.000 |
| 1103 - Seguro Pecuário sem cob. do FESR | 5.000.000 |
| 1104 - Seguro Pecuário com cob. do FESR | 5.000.000 |
| 1107 - Seguro Florestas sem cob. do FESR | 5.000.000 |
| 1108 - Seguro Florestas com cob. do FESR | 5.000.000 |
| 1130 - Seguro Benf. e Prod. Agropecuários | 5.000.000 |
| 1162 - Penhor Rural | 5.000.000 |
| 1164 - Seguros Animais | 1.439.371 |
| 1329 - Funeral | 5.757.486 |

| | |
|--|--------------------|
| 1369 - Viagem | 5.757.486 |
| 1377 - Prestamista (exceto Habit. E Rural) | 5.757.486 |
| 1380 - Educacional | 1.439.371 |
| 1381 - Acidentes Pessoais | 5.757.486 |
| 1384 - Doenças Graves ou Doença Terminal | 5.757.486 |
| 1390 - Eventos Aleatórios | 5.757.486 |
| 1391 - Vida | 5.757.486 |
| 1433 - Marítimos (Cascos) | 1.439.371 |
| 1457 - DPEM | 1.439.371 |
| 1528 - R. C. Facult. para Aeronaves - RCF | 1.562.534 |
| 1535 - Aeronáuticos (cascos) | 1.562.534 |
| 1597 - Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-RETA | 1.562.534 |
| 2293 - VIDA EFPC | 5.757.486 |
| Total | 831.087.308 |

| | |
|-----------------------|--------|
| Empresas selecionadas | 05886 |
| Mês | 202402 |



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 61.198.164/0001-60 DUNS®: 89*****95
Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 13/09/2024
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

| | | | |
|---|-----------|------------|------------|
| Receita Federal e PGFN | Validade: | 19/06/2024 | Automática |
| FGTS | Validade: | 20/05/2024 | Automática |
| Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao) | Validade: | 22/10/2024 | Automática |

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

| | | |
|----------------------------|-----------|------------|
| Receita Estadual/Distrital | Validade: | 17/08/2024 |
| Receita Municipal | Validade: | 16/07/2024 |

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 09/05/2024 15:54

CPF: 205.XXX.XXX-51 Nome: NEIDE OLIVEIRA SOUZA

Ass: _____



FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Rua Francisco Xavier da Mota, 110

CNPJ : 30.899.549/0001-20

PARECER

Senhor(a) Secretário(a),

Recebemos vossa solicitação, referente à contratação/aquisição do objeto abaixo:

Processo nº.: 1047/2024

| Cotação | Responsável | Data Emissão | Data Abertura | Data Encerramento |
|-----------------|-------------|--------------|---------------|-------------------|
| 01876/24 | | 19/04/2024 | 19/04/2024 | 19/04/2024 |

Unidade / Setor : ALMOX. FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOL

Centro de Custo : 319 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total de automóveis, para os veículos pertencentes a frota da SEMMADS e do FMMADS, com assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com cobertura em todo território nacional.

Fornecedor **6987 PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**
 Endereço **AV RIO BRANCO, 1489, RUA GUAIANASES, 123** Complemento
 Bairro **CAMPOS ELISEOS** Fone **33668085<** Fax
 CNPJ **61.198.164/0001-60** IE **108377122112**

| Cód. Produto | Descrição do Produto | Unidade | Qtde | Vlr Unitário | Vlr Total |
|--------------------|--|-------------------|----------|-----------------|-----------------|
| 179.001.033 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE UN | | 1 | 3.657,68 | 3.657,68 |
| | contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total de automóveis, para os veículos pertencentes a frota da SEMMADS e do FMMADS, com assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com cobertura em todo território nacional. TOYOTA HILUX- Ano 2023- Placa RIW9178 RENAVAL 01352927028 CHASSI 8AJDA3CD3P1831025 | Observação | | | |

Total Cotado 3.657,68

Total Geral

3.657,68

Casimiro de Abreu, 17/05/2024